

*Temas Livres*

## Atitudes antielites e escolha eleitoral no Brasil segundo o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2025.1.7>

 **Valéria Cabreira Cabrera**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-Unicamp).

E-mail: [cabrerac@unicamp.br](mailto:cabrerac@unicamp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3343-5831>

 **Fabíola Brigante Del Porto**

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp) e Editora Associada da Revista OPINIÃO PÚBLICA, publicação do CESOP.

E-mail: [delporto@unicamp.br](mailto:delporto@unicamp.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0672-1859>

**RESUMO:** Com base no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), analisamos o papel de atitudes antielites sobre o voto populista de direita no primeiro turno da eleição presidencial brasileira de 2022. Para isso, elaboramos índices de atitudes antielites políticas e não políticas, os quais foram adotados como variáveis independentes em modelos multivariados de explicação do voto. Consideramos que as elites políticas tradicionais são os alvos preferenciais de líderes populistas, mas que, uma vez no poder, tais líderes tendem a mudar (ou a ampliar) seus adversários, passando a confrontar outras elites, como jornalistas, cientistas e o Poder Judiciário. Como resultado, encontramos que atitudes antielites políticas não diferenciaram a escolha eleitoral no primeiro turno da eleição de 2022 no Brasil, mas que manter atitudes antielites não políticas aumentou a probabilidade de os eleitores optarem por Jair Bolsonaro. Além disso, outras variáveis que já apareceram anteriormente associadas à escolha eleitoral no Brasil, segundo a literatura, como autopoicionamento ideológico, percepção da economia, autoritarismo e conservadorismo social também influenciaram a decisão dos eleitores nessa eleição.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atitudes antielites políticas; Atitudes antielites não políticas; Voto; Eleição presidencial

Recebido em: 13/03/2024

Aprovado em: 27/12/2025

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados da pesquisa de pós-doutorado da primeira autora, intitulada “Qualidade da democracia em análise comparada: as condições da democracia partidária e as possibilidades do partidarismo” (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo n. 2021/15152-7), atrelada ao projeto temático “A qualidade da democracia no Brasil: representação política, partidos e o sistema de integridade” (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo n. 2018/02738-0), do qual as autoras fizeram parte.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## 1 Introdução

A recente ascensão ao poder por via eleitoral de líderes com inclinações autoritárias, muitos deles assumindo características populistas, conduziu estudiosos à reflexão sobre a difusão de atitudes associadas ao fenômeno entre o público de diferentes sociedades democráticas. Apesar do pressuposto de que a eleição de líderes com tais características só é possível à medida que parte relevante do público também exhibe atitudes populistas (Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014), estudos recentes sugeriram a influência reduzida desse fator sobre a escolha eleitoral, inclusive no Brasil (Castanho Silva; Fuks; Tamaki, 2022; Jungkunz; Fahey; Hino, 2021).

No caso brasileiro em específico, atitudes iliberais e outros aspectos tradicionalmente atrelados ao voto, como identificação partidária, posicionamento ideológico e características sociodemográficas dos eleitores, mostraram ter maior influência do que atitudes populistas no pleito de 2018 (Amaral, 2020; Castanho Silva; Fuks; Tamaki, 2022; Chaguri; Amaral, 2023). Somado a isso, Jungkunz, Fahey e Hino (2021) sugeriram que as medidas de atitudes populistas atualmente disponíveis podem não mensurar corretamente o fenômeno por concentrarem-se em elites políticas, enquanto líderes populistas direcionam seu foco para elites não políticas quando estão no poder. A eleição de 2022 no Brasil pareceu ser um cenário propício para testar essa hipótese por termos Jair Bolsonaro, então presidente da República no país, entre os candidatos. Destacamos, entretanto, que, embora Bolsonaro tenha direcionado seu discurso contra elites não políticas, como os cientistas, a imprensa e o Judiciário, principalmente durante a pandemia de Covid-19, manteve sua oposição pública contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e políticos da esquerda do espectro político de modo mais geral.

Assim, analisamos neste artigo o impacto de atitudes de rechaço a elites políticas e a elites não políticas sobre a escolha eleitoral por Jair Bolsonaro, utilizando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022. Consideramos duas hipóteses principais: a primeira é que o antielitismo em relação a elites não políticas teve efeito positivo sobre o voto em Bolsonaro na eleição presidencial de 2022; a segunda é que o antielitismo em relação a elites políticas não teve efeito sobre a escolha eleitoral para presidente nessa eleição. No entanto, fazemos uma ressalva à interpretação de Jungkunz, Fahey; Hino (2021): consideramos que, no caso brasileiro, as elites políticas continuaram a ocupar posição central no discurso mobilizado por Jair Bolsonaro durante seu mandato. Desse modo, avançamos com uma inferência adicional: sugerimos que, quando o antielitismo é mensurado por itens que especificam as elites-alvo que estruturam a retórica populista (como partidos, Congresso e Judiciário) essa medida tende a se associar ao voto em líderes que mobilizam esse tipo de apelo.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, procuramos estabelecer em que medida o antielitismo, foco do nosso estudo, difere do populismo, ressaltando que, embora os conceitos estejam relacionados, não são correspondentes. Destacamos, especialmente, como elites políticas e não políticas podem ser, em tese, alvo de líderes populistas. Ainda, abordamos a importância da relação do público com as elites na teoria democrática. Em seguida, tangenciamos a análise conjuntural do país durante o pleito em estudo, a qual, aliada à literatura, justifica nossas hipóteses. Na

terceira seção, descrevemos as questões metodológicas associadas à mensuração do antielitismo adotada na análise. Por último, apresentamos os modelos e resultados encontrados, que evidenciam o papel de atitudes antielites não políticas para o voto em Bolsonaro em 2022, mas não de atitudes antielites políticas consideradas em sentido amplo. O antipetismo, rejeição a uma elite política específica que, nos últimos dez anos, se tornou importante âncora da escolha eleitoral, por outro lado, impactou positivamente o voto em Bolsonaro, assim como já apontado na literatura de comportamento eleitoral (*p.e.*, Amaral, 2020; Rennó, 2020; Setzler, 2021).

## 2 Antielitismo, Populismo e Democracia

Iniciamos esta seção com a definição do conceito de antielitismo, considerando o objetivo de analisar a sua influência sobre o voto em Jair Bolsonaro. Como mencionado na introdução do artigo, partimos da perspectiva de Jungkunz, Fahey e Hino (2021), segundo a qual as mensurações existentes de atitudes antielitistas enfatizam as elites políticas, deixando de captar formas de antielitismo dirigidas a outras elites (*p. e.*, econômicas, midiáticas, culturais e judiciais), contra as quais líderes populistas no poder frequentemente se posicionam. Tomamos Bolsonaro como um caso emblemático de liderança populista no poder (*p.e.*, Layton *et al.*, 2019; Setzler, 2021) e, sendo o antielitismo uma característica essencial do populismo, em tese, deveria estar associada à escolha eleitoral por líderes populistas.

145

Embora diferentes expressões do populismo tenham levado à robusta teorização do fenômeno já na década de 1960, foram, principalmente, as experiências populistas na Europa a partir dos anos de 1990 que impulsionaram uma das abordagens mais utilizadas para analisar o tema hoje, a ideacional. Nessa fase, alguns dos principais teóricos ocidentais do populismo (Canovan, 2005; Mudde, 2004, 2017; Mudde; Kaltwasser, 2012, 2013; Panizza, 2005; Taggart, 2000) aderiram à ideia de que era preciso traçar um conceito mínimo para analisar adequadamente o fenômeno em suas várias expressões.

Nesse contexto, a definição de populismo de Mudde (2004) tornou-se célebre e foi corroborada por colaboradores (*p. e.*, Hawkins; Kaltwasser; Andreadis (2012) e Akkerman; Mudde; Zaslove (2014)). Segundo o autor, o populismo é “ideologia que considera em última análise a sociedade dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que argui que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004, p. 543, tradução nossa). Sob essa perspectiva, o populismo apresenta um núcleo comum às diferentes experiências, composto por quatro conceitos-chave: ideologia, povo, elite, e vontade geral (Mudde, 2017).

Nessa abordagem, o populismo divide o social com base, essencialmente, em moralidade, contrapondo os dois grupos, ditos homogêneos, por razões morais: o povo como comunidade virtuosa e pura e a elite como grupo com características patológicas (autointeresse e corrupção) (Mudde, 2004, 2017; Mudde; Kaltwasser, 2012, 2013). Mudde e Kaltwasser (2017, p. 11, tradução nossa) oferecem a

seguinte interpretação sobre o tema: “obviamente, o aspecto crucial [para a definição de elite] é a moralidade, já que a distinção se dá entre o povo puro e a elite corrupta. Mas isso não diz muito sobre quem compõe essa elite”. E completam: “A maioria dos populistas não apenas detesta o establishment político, como também critica a elite econômica, a elite cultural e a elite midiática” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 12, tradução nossa). Assim, as elites podem ser definidas a partir de uma ampla gama de critérios, embora com um pressuposto moral mínimo, já que diferentes elites são retratadas no discurso populista como um grupo que trabalha contra a “vontade geral” do povo.

O povo é tido como uma comunidade homogênea imaginária, definida em termos das principais características comuns de autoidentificação das pessoas de dada comunidade. Por isso, o populismo oferece majoritariamente soluções amplas e gerais para os problemas políticos – sendo essa a forma possível de atender a essa categoria, que é, de fato, heterogênea (Mudde, 2017). A baixa especificidade das orientações político-institucionais do populismo é uma das razões pelas quais Mudde (2004, 2017) qualifica o populismo como *thin-centred ideology*, em oposição às chamadas *full ideologies* (como é, por exemplo, o socialismo, que oferece alta precisão de suas orientações político-institucionais). Da mesma forma, a elite também é definida como um grupo homogêneo, embora com diferentes conformações em experiências populistas variadas.

146

Todo populismo contrapõe o povo à elite, mas nem todo líder populista especifica claramente quem pertence ao povo e quem pertence à elite (Canovan, 1999). Um dos critérios para a definição da elite em cada experiência populista é, sem dúvida, a detenção de poder, pois, em geral, a ideia de elite engloba “a maioria das pessoas que ocupam posições de liderança na política, na economia, na mídia e nas artes” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 12, tradução nossa). Outro critério importante é a exclusão do próprio líder populista e de seus simpatizantes do grupo detentor de poder. Mudde e Kaltwasser (2017) ilustram essa ideia com o caso do Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), atacava a grande mídia por, supostamente, tratá-lo de forma injusta, mas abria exceção ao tabloide *Die Kronen Zeitung*, um de seus principais aliados e defensores.

Em que pese a lógica possa levar à compreensão de que, devido à posição fundamentalmente *antiestablishment* do populismo, a chegada ao poder torna os líderes populistas parte da elite, a distinção entre povo e elite baseada em moral, despreza o componente situacional (Mudde; Kaltwasser, 2017). Os líderes populistas, uma vez no poder, são capazes de se adaptar e elaborar uma oposição a outro tipo de elite, isto é, historicamente, “(...) populistas no poder têm conseguido sustentar sua retórica *antiestablishment*, em parte, redefinir quem compõe a elite” (Mudde; Kaltwasser, 2017, p. 12, tradução nossa).

Basta notar que, na prática, o conceito de elite é, muitas vezes, definido em termos econômicos (de classe). Tal definição, comum entre populistas de esquerda, também é adotada por populistas de direita: ativistas do Tea Party nos Estados Unidos, por exemplo, são defensores do livre mercado e acreditam que as grandes corporações o corrompem. O essencial para um líder populista é argumentar que o poder não está consigo, mas com forças ilegítimas que pretendem silenciar a voz do povo (Mudde; Kaltwasser, 2017). Conforme explicam Mudde e Kaltwasser (2017, p. 73, tradução nossa),

“Em nítido contraste com a ‘classe política’ profissional, um termo popular entre os populistas, o líder populista afirma não ser movido por ambição pessoal, mas por um chamado superior, a saber, trazer a política (de volta) para o povo”.

Há entre os líderes populistas, portanto, o intento de manter a ideia de que são outsiders, independentemente de passarem a ter ou de já terem estado investidos em cargo político (Mudde e Kaltwasser, 2017). Inclusive, segundo Mudde e Kaltwasser (2017, p. 73-74, tradução nossa), “Eles frequentemente pertencem aos mesmos estratos sociodemográficos que a elite política, isto é, homens de meia-idade, altamente escolarizados, de classe média (alta) e pertencentes ao grupo étnico majoritário”. Estudando o caso da Eslováquia, em que o presidente Vladimír Mečiar, após eleito, consolidou ainda mais sua relação com o populismo, Deegan-Krause (2012, p. 190, tradução nossa) formula a questão nos seguintes termos:

Como ideologia de oposição moral àqueles no poder, o populismo não se adequa ao exercício do poder. Quando os populistas chegam ao governo, precisam encontrar uma nova justificativa para a sua necessidade política (impedir o regresso das antigas elites só funciona por um tempo) ou uma explicação para o fato de que ocupar cargos eletivos não é suficiente para moldar o destino do país. Como uma ideologia essencialmente política, o populismo no poder deve, portanto, ter uma ideologia parceira que aponte para além do âmbito puramente político em direção a outros fatores, como economia ou etnia, que impedem os governantes de realmente tomarem o poder em suas mãos e se tornarem “a elite”.

147

A tentativa de se afastar da política convencional leva o governante populista a direcionar seu discurso, por exemplo, contra o Judiciário e a mídia tradicional, que, ao buscarem, respectivamente, limitar e denunciar quaisquer tendências “autocratizantes” do governante, acabam sendo apresentadas como inimigas da vontade popular (Jungkunz; Fahey; Hino, 2021). Mesmo quando as elites políticas permanecem no centro da crítica, líderes populistas tendem a argumentar que elas só conseguem se manter no poder graças ao apoio de elites intelectuais e culturais, como a mídia, o Judiciário e o meio acadêmico (Lange; Akkerman, 2012). Por atuar primordialmente no campo político, o populismo tende a considerar qualquer outro centro institucional de poder como secundário (Mudde; Kaltwasser, 2012).

Ainda, Barr (2009, p. 32, tradução nossa) expressa a ideia da seguinte forma:

O sucesso relativo do apelo anti-establishment depende, em última análise, da capacidade do ator político (ou partido) de convencer os potenciais apoiantes de que ele realmente se opõe à estrutura de poder estabelecida e não faz parte dela. Este apelo não depende estritamente da posição de cada um em relação ao sistema partidário – insider ou outsider. (...) Assim, importa mais na política anti-establishment parecer do que ser um ente externo ao establishment, evidenciando a importância do discurso que insere o conflito social em uma lógica baseada no princípio “nós contra eles”.

Nesse contexto, o que chamamos de antielitismo é semelhante àquilo que Barr (2009, p. 31, tradução nossa) denominou anti-establishment: “o apelo retórico usado em oposição à elite”. O autor define assim a oposição a todos que detêm o poder, que, em geral, são elites políticas ou econômicas contra quem certos atores investem para construir apoio político junto ao público. Para Barr (2009), apesar da diversidade terminológica com que autores se referem a esse fenômeno, a maioria das abordagens diz respeito à noção de que a elite no poder é incapaz de representar os cidadãos. Nesse sentido, o apelo crítico às elites tem a configuração subjacente de “nós contra eles”, opondo o público comum a toda a classe de indivíduos que exercem o poder.

Acrescentamos a essa definição, entretanto, uma visão particular de Mudde e Kaltwasser (2017) de que, sob o ponto de vista da abordagem ideacional do populismo, a oposição às elites não se restringe a indivíduos que exercem o poder, mas se estende a instituições de poder. Os autores expõem essa visão nos seguintes termos: “[o] impulso antielitista vem acompanhado de uma crítica a instituições como partidos políticos, grandes organizações e burocracias, que são acusadas de distorcer os vínculos ‘verdadeiros’ entre líderes populistas e ‘o povo comum’”. Assim, o antipartidarismo, exemplificado no caso brasileiro pela rejeição ao Partido dos Trabalhadores, pode ser compreendido como uma manifestação do sentimento antielitista.

148

No entanto, cumpre lembrar que o populismo vai além do antielitismo, compondo-se em um conjunto de ideias sobre como a política deveria funcionar com base na percepção de que todos os indivíduos de determinada comunidade unificam suas vontades para que componham a única fonte legítima de poder político. Igualmente, nem toda manifestação contrária às elites é populista, seja por parte do público ou de líderes políticos, embora o antielitismo, em suas diferentes manifestações, seja elemento necessário do populismo (Mudde; Kaltwasser, 2013). Da mesma forma, o mero descontentamento político do público que impulsiona o sentimento de reação às elites detentoras de poder não pode ser confundido com o populismo.

Entretanto, os três aspectos – populismo, antielitismo e descontentamento político – estão intimamente relacionados à própria relação simbiótica entre o populismo e a democracia. A democracia contemporânea não é apenas um tipo particular de sistema político, mas também um processo dinâmico e aberto que permanece sempre incompleto (Tilly, 2007 *apud* Mudde; Kaltwasser, 2012). Por isso, a valorização da democracia pelo público pode aparecer associada à insatisfação com os políticos, com as instituições e com a própria forma como a democracia existente funciona.

Nesse contexto, o populismo pode atuar como um corretivo da democracia representativa, ao enfatizar a soberania popular e o governo da maioria, opondo-se a um tipo específico de representação, mas não à representação do povo. Em certa medida, o próprio sistema representativo pode gerar condições para o surgimento do populismo, ao oferecer os canais institucionais por meio dos quais os indivíduos expressam sua insatisfação com o funcionamento da política. A relação entre populismo e democracia liberal, entretanto, tende a ser mais tensionada: o populismo pode se tornar uma ameaça à democracia liberal, já que esta, em suas diferentes configurações e contextos, busca equilibrar o

governo da maioria com a proteção constitucional dos direitos das minorias (Mudde; Kaltwasser, 2012).

Para Mudde e Kaltwasser (2012, 2013), o populismo não abdica do princípio do governo da maioria e, enquanto ideologia que postula a existência de uma vontade geral do povo concebido como um grupo homogêneo, rejeita o pluralismo liberal. Sob a perspectiva pluralista, não há distinção moral entre um povo homogêneo e uma elite, tampouco espaço para a constituição de uma “vontade geral” unificada. Assim, embora o populismo possa contribuir para a qualidade da democracia ao estimular a participação política, também pode deteriorá-la ao enfraquecer a contestação pública e concentrar o poder no Executivo<sup>2</sup>.

Nas democracias, o descontentamento político decorrente de aspirações coletivas não atendidas constitui terreno fértil para o surgimento de líderes que enfatizam a rejeição às elites no poder. Nesse contexto, o antielitismo, entendido como reação às elites tradicionais e sustentado pela ideia de devolver o poder aos descontentes, pode tornar o público mais propenso a apoiar lideranças populistas. Isso ocorre porque, como mencionado anteriormente, o populismo se manifesta justamente na tensão entre a regra da maioria, característica da democracia representativa, e o constitucionalismo liberal. Enquanto a ênfase excessiva na primeira pode comprometer a inclusão de grupos marginalizados na política, a priorização do segundo tende a ampliar o descontentamento de parcelas significativas da população (Mudde; Kaltwasser, 2012).

149

Em síntese, na abordagem ideacional, o populismo não se define por um conteúdo político específico, mas por uma forma moral de interpretar a política. A distinção entre o povo e a elite é de natureza moral e maniqueísta, e não pressupõe, necessariamente, ocupar cargos públicos, pretender ocupá-los ou atuar politicamente para influir nas instituições políticas. Assim, o termo “elite” não se restringe às elites políticas e pode incluir a mídia, o Judiciário, acadêmicos, artistas ou empresários, desde que sejam retratados como forças que “traem” a vontade popular. Portanto, o que integra o antielitismo não político à teoria populista é justamente a moralização da oposição.

No discurso populista, elites não políticas são apresentadas como agentes ilegítimos de poder, responsáveis por distorcer ou bloquear a expressão autêntica da “vontade do povo”. Desse modo, atacar essas elites torna-se uma forma de preservar a coerência moral do discurso populista, mesmo quando o líder já ocupa o poder político formal, como no exemplo de Mečiar, na Eslováquia, e de Bolsonaro, no Brasil. Uma vez no poder, o líder populista precisa redefinir o “inimigo”. Por isso, volta-se contra outras elites, afirmando que essas, e não ele, são as verdadeiras detentoras do poder ilegítimo. O antielitismo voltado a elites não políticas constitui, assim, um mecanismo de continuidade da lógica populista no exercício do poder.

---

<sup>2</sup> Quando líderes populistas estão na oposição, o populismo ajuda a aumentar a participação política e fomenta a exigência por direitos e melhorias por parte do povo; quando tais líderes estão no governo, tendem a centralizar o poder no Executivo, prejudicando a contestação pública, seja por opositores ou pelas demais instituições. Nos dois casos, o líder populista advoga pela abertura da política a não-elites, de forma que a rejeição a elites tradicionais permita a ele se apresentar como parte do povo (Mudde; Kaltwasser, 2012).

No nível das atitudes do público, a preferência por posições antielitistas não políticas, como a desconfiança no Judiciário, na imprensa ou nos cientistas, não reflete necessariamente a adesão à visão moral dualista própria do populismo, mas pode criar um terreno favorável à rejeição dessas elites e à consequente cooptação dos eleitores pelo discurso populista, que organiza tal desconfiança dentro de uma lógica de oposição entre o “povo” e as “elites”. Portanto, o antielitismo não político amplia o alcance da moralização para outros domínios de poder, permitindo que a retórica populista se mantenha viva.

Na próxima seção, descrevemos o cenário brasileiro desde a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, e seu discurso contra as elites políticas durante seu governo, juntamente com o contínuo embate com a mídia tradicional, com o Poder Judiciário e com a comunidade científica.

### **3 O Contexto Eleitoral De 2022 e a Construção de Nossas Hipóteses**

150 É possível dizer que a eleição presidencial brasileira de 2022 representou a continuidade do contexto eleitoral de 2018 no Brasil, quando o pré-candidato Lula foi preso e impedido de disputar o pleito para a presidência da República. Em seu lugar, o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou a candidatura de Fernando Haddad, que perdeu a eleição para Jair Bolsonaro, então candidato pelo Partido Social Liberal (PSL). Em 2022, Lula, solto 580 dias após sua prisão, ressurgiu no cenário político como candidato à presidência pelo PT, tornando-se o principal adversário de Bolsonaro, que buscava a reeleição. A disputa, realizada em dois turnos, foi bastante acirrada, e resultou na vitória de Lula com 50,9% dos votos válidos.

Nesse sentido, as eleições presidenciais de 2018 e de 2022 podem ser vistas como partes de um mesmo ciclo eleitoral de competição polarizada entre o PT (centro-esquerda) e Bolsonaro (extrema-direita). A ideia de longo ciclo eleitoral formado pelos dois pleitos não remete apenas à “retomada”, em 2022, de disputa interrompida em 2018, mas também ao modo como Bolsonaro se comportou desde o início de seu mandato, não como presidente, mas em campanha permanente pela reeleição (Amaral, 2024).

A vitória de Bolsonaro em 2018 pôs termo a uma sequência de seis eleições presidenciais (1994-2014) disputadas por PT e PSDB (centro-direita), sendo as quatro últimas vencidas pelo primeiro. Em cenário de crise econômica, política e social e intensa polarização estabelecida no segundo governo Dilma Rousseff, que acabou afastada por impeachment em 2016, crescia no país o sentimento antipetista, mas também o anti-partidarismo e a rejeição aos políticos em geral. Foi nesse contexto que, mesmo tendo sido deputado federal por 28 anos, Bolsonaro conseguiu se apresentar como outsider e vencer a eleição presidencial de 2018 com discurso de rejeição ao PT, às elites políticas tradicionais e ao sistema (Hunter; Power, 2019; Rennó, 2020). Nessa eleição, embora o antipetismo tenha sido importante fator para a escolha eleitoral, a rejeição generalizada aos principais partidos políticos foi “fenômeno igualmente relevante” (Fuks; Ribeiro; Borba, 2021, p.05, tradução nossa).

Uma vez presidente, além de continuar se opondo às elites políticas e partidárias e fazer duras críticas aos governos anteriores (petistas), o ex-capitão passou a se contrapor também às instituições responsáveis pela mediação de sua relação com o público – como a mídia tradicional, as universidades e instituições científicas - e do Poder Executivo com outros poderes - como o Poder Judiciário, notadamente o Supremo Tribunal Federal. E isso, em grande parte, devido à ausência de agenda propositiva para o país nas diversas áreas de responsabilidade do governo federal (Vieira; Glezer; Barbosa, 2022). Todavia, segundo Rennó (2022), essa aparência de desgoverno remontava, na verdade, a ações disruptivas em áreas específicas para desfazer o que governos anteriores avançaram. Pois, segundo o próprio ex-presidente, seu governo seria antes de desconstrução de políticas (supostamente) comunistas.

Os conflitos social e interinstitucional e o retrocesso na definição de políticas se agravaram durante a pandemia de Covid-19, quando Bolsonaro, reforçando sua perspectiva de oposição ao conhecimento produzido nas universidades e nas instituições de pesquisa científica, recusou-se a assumir o papel de liderança na coordenação da gestão da crise. Ao contrário, adotou postura negacionista da pandemia, tratando-a como desafio de relações públicas e não como crise de saúde pública (Smith, 2020). Com isso, a forma como (não) geriu a crise provocada pelo coronavírus levou ao agravamento do cenário sanitário, econômico e social do país e fez com que o então presidente ganhasse forte rejeição. Porém, também colaborou para que mantivesse uma base diminuta, mas resiliente, de apoio entre eleitores identificados com a direita e mesmo com o centro político, que o apoiavam e ajudavam na propagação das teorias conspiratórias e notícias falsas sobre a doença e sua forma de contenção.

151

Preocupado com a avaliação negativa de seu governo e com a atratividade da campanha de Lula, que, nesse cenário, emergia como seu principal oponente, Bolsonaro e aliados no Congresso Nacional prepararam proposta de emenda à Constituição (aprovada em julho de 2022) que reajustava e criava vários benefícios sociais, com destaque para o Auxílio Brasil. Com isso, o candidato à reeleição passou a receber melhores avaliações e maiores intenções de voto nas pesquisas. Ao mesmo tempo, o ex-presidente acirrava as críticas às gestões petistas, não apenas ressaltando os perigos do suposto retorno do comunismo que a candidatura de Lula representava, como também resgatando os escândalos de corrupção de que seus governos e os de Dilma Rousseff foram alvos, contribuindo para acirrar os sentimentos de antipetismo, mas também os embates “nós contra eles” destinados às elites e ao sistema político em geral.

Por sua característica antielitista, ainda que evitasse usar o termo “elite”, talvez porque ele próprio tivesse relação com outras elites não políticas (Feres; Cavassani; Gagliard, 2023), Bolsonaro tem sido descrito como líder populista autoritário, que representou no Brasil a expansão da extrema-direita no mundo (*p.e.*, Layton; Smith; Moseley, Cohen, 2019; Setzler, 2021). Com isso, sua derrota significou a interrupção de tentativa de implantação de empreendimento autoritário no país

semelhante àquele experienciado em diversas democracias contemporâneas, em que a deterioração da democracia representativa se dá por dentro de suas próprias instituições (Levitsky; Ziblatt, 2018)<sup>3</sup>.

Porém, ainda que tenha sido tomado como representante tropical do populismo de extrema-direita (Setzler, 2021), pesquisas recentes não encontraram associação em nível individual (ou encontraram associação substantivamente fraca) entre a opção por Bolsonaro na eleição de 2018 e atitudes populistas do público (p. e., Castanho Silva; Fuks; Tamaki, 2021). Além dessa associação, esses autores testaram as hipóteses de que o voto em Bolsonaro era explicado pela orientação ideológica mais à direita dos votantes; por níveis mais altos de atitudes antiliberais; e pelo efeito reforçador entre as atitudes populistas e o posicionamento ideológico mais à direita. Os resultados apontaram que, enquanto as atitudes populistas se mostraram irrelevantes, a escolha eleitoral por Bolsonaro em 2018 esteve associada à autoidentificação ideológica com a direita e ao apoio a atitudes iliberais e antidemocráticas.

Apesar disso, o estudo de Setzler (2021) encontrou que o apoio ao autoritarismo político, ainda que relevante, teve peso menor para a eleição do ex-capitão quando comparado a fatores como a ideologia, o partidarismo e o antipetismo. Essas dimensões também apareceram como as mais importantes na análise de Amaral (2020), que analisou os resultados dos dois turnos da eleição presidencial de 2018 incluindo variáveis associadas às avaliações retrospectivas, por um lado, e à identificação política e partidária, por outro. Com efeito, pelo menos desde 2014, o debate sobre o antipetismo tem sido central para compreender as eleições na democracia brasileira recente (p.e., Amaral, 2020; Fuks, Ribeiro; Borba, 2021; Paiva; Krause; Lameirão, 2016; Rennó, 2020, 2022; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016; Samuels; Zucco, 2018; Setzler, 2021).

Para Rennó (2020, 2022), em 2018, por sua vez, ocorreu um alinhamento conservador de direita no país. Segundo o autor, nos pleitos anteriores, eleitores de direita teriam apoiado a força mais próxima de suas convicções que se mostrasse viável no enfrentamento do PT, sem necessariamente haver consistência entre seus posicionamentos políticos e os dessas forças. Desde 2018, evidências têm associado uma reação social conservadora a pautas liberais e progressistas a diferentes formas de apoio ao ex-presidente (Rennó, 2022). Já Chaguri e Amaral (2023) apontaram para a importância de percepções autoritárias da política para o apoio a Bolsonaro durante seu governo, em continuidade ao que havia sido descrito por Setzler (2021) para o contexto eleitoral de 2018. Assim, nossas hipóteses consideram resultados de estudos recentes de comportamento eleitoral, mas, principalmente, o aporte teórico sobre populismo e o contexto em que a última campanha eleitoral se deu. Ambas partem do pressuposto, sustentado pela abordagem ideacional, de que atitudes antielites direcionadas aos alvos privilegiados pelo discurso do líder populista tendem a favorecer a escolha eleitoral por esse líder

---

<sup>3</sup> Vale dizer que essa derrota foi possível devido à formação de ampla coalização política de setores progressistas da sociedade brasileira e de instituições políticas e sociais em torno da candidatura de Lula com o objetivo de defender a democracia. Também há que se considerar que, apesar do discurso em torno de tentativas de centralização do poder e de subversão de instituições e procedimentos democráticos durante todo o mandato, o ex-presidente fracassou em seu empreendimento em virtude da resistência e resiliência das instituições (Barberia; Gómez, 2020; Vieira; Glezer; Barbosa, 2022).

(Akkerman, Mudde e Zaslove, 2014). Como detalhado na seção teórica, o conceito de “elite” nessa perspectiva não se restringe a atores individuais ou exclusivamente políticos, mas abrange também instituições, políticas ou não, cuja característica definidora é a detenção de poder (político, cultural, econômico, intelectual, entre outros).

H1: o antielitismo em relação a elites não políticas deverá beneficiar o voto em Bolsonaro;

H2: o antielitismo em relação a elites políticas não deverá influenciar a escolha eleitoral para presidente no primeiro turno da eleição de 2022.

Embora o antielitismo voltado a elites políticas pudesse, em teoria, estar associado ao voto em um líder populista, as experiências populistas variam quanto ao tipo de elite enfatizado como inimigo moral (Mudde; Kaltwasser, 2012). No caso brasileiro, ainda que Bolsonaro mencionasse políticos em suas declarações, essa referência raramente assumia caráter genérico; ao contrário, concentrava-se no Partido dos Trabalhadores, na esquerda como categoria política e em figuras específicas associadas a esse campo<sup>4</sup>. Em 2022, especialmente o antipetismo foi um recurso central para Bolsonaro, de modo que seu discurso antielites políticas não se configurou como uma rejeição genérica à classe política. Por isso, acreditamos que a rejeição a “elites políticas”, postas em sentido genérico, não deve impactar a escolha eleitoral. Como será detalhado adiante, para testagem dessa hipótese, adotamos uma medida tradicional de elites políticas, isto é, composta por itens que não discriminam quais elites estão em jogo, como é usual em estudos sobre o tema (*p. e.* Akkerman; Mudde; Zaslove, 2014). Essa interpretação é, ademais, consistente com os achados para a eleição de 2018 de Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022), que, utilizando dados do módulo 5 do CSES sobre elites políticas, não identificaram relação entre o fenômeno e o voto em Bolsonaro. Se, em 2018, quando Bolsonaro ainda buscava se apresentar como outsider, tal associação não foi observada, torna-se plausível supor que o resultado fosse o mesmo em 2022, quando o ex-presidente já era incumbente e passava a direcionar sua oposição a outras formas de elite.

Incluimos nas análises uma medida de antipetismo, o que nos permite examinar se uma atitude dirigida a uma elite política específica (nesse caso, um partido) produz efeitos distintos daqueles observados para indicadores genéricos de antielitismo político. Contudo, essa medida não oferece uma testagem suficiente sobre a relevância da definição das elites políticas nas mensurações de antielitismo. O antipetismo constitui uma identidade política consolidada no cenário brasileiro e, portanto, seu impacto não se restringe à sua relação com o discurso do líder populista Jair Bolsonaro. Trata-se de um fenômeno de influência recorrente em diferentes eleições. Essa característica impõe uma limitação analítica e precisaríamos incorporar novos dados para avaliar a questão. Como interpretação preliminar, podemos sugerir que o discurso antielites de Bolsonaro foi, em grande medida, direcionado

---

<sup>4</sup> Tamaki e Fuks (2020) mostram que, já em 2018, a construção da “elite” nos termos de Bolsonaro mirava principalmente o PT, o que ajuda a entender por que o antielitismo político, enquanto uma categoria abrangente, não se converteu em preferência eleitoral naquele ano (Castanho; Fuks; Tamaki, 2022).

ao PT, explorando estrategicamente um antipetismo pré-existente. Em outras palavras, o líder populista mobilizou uma identidade política arraigada para construir sua própria definição de “elites”<sup>5</sup>. Na seção seguinte, apresentamos os dados e a metodologia adotada para a investigação.

#### 4 Dados e Mensuração

Conforme mencionado, utilizamos dados do ESEB de 2022<sup>6</sup>. Seleccionamos o voto no primeiro turno reportado pelos respondentes da pesquisa como variável dependente. Para a construção da variável, isolamos o voto em Lula (PT) e em Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) em duas categorias distintas, enquanto todos os demais concorrentes citados foram agregados na categoria “outros candidatos”<sup>7</sup>. Optamos por analisar o primeiro turno para explorar as possíveis associações entre as atitudes antielites e as escolhas genuínas de voto dos cidadãos, permitindo comparar a escolha por Bolsonaro não apenas em relação a Lula, mas também frente às demais candidaturas.

Para compor nossas principais variáveis independentes, adotamos uma bateria com três atitudes sobre elites políticas, bem como três itens sobre confiança nas instituições (em específico, confiança no Poder Judiciário, na mídia tradicional e nos cientistas). Na primeira bateria, os tópicos averiguam a preferência dos cidadãos pela tomada de decisões na política ser realizada por (1) empresários, (2) especialistas independentes e (3) cidadãos em referendo, ao invés de políticos eleitos. A percepção dos respondentes sobre elites políticas eleitas é medida por meio de escala Likert com cinco níveis. Utilizamos essas três afirmações para construir uma escala de antielitismo político, posteriormente transformada em índice de atitudes em relação a elites políticas<sup>8</sup>.

Fizemos algo semelhante para as medidas de confiança, também originalmente elaboradas em escalas Likert de cinco níveis, criando, assim, um índice de atitudes antielites não políticas. Nesse caso, os níveis de desconfiança dos respondentes nos cientistas, na mídia tradicional e no Poder Judiciário

<sup>5</sup> Note-se que não se observa no discurso de Bolsonaro a utilização explícita dos termos “elites” ou “políticos”.

<sup>6</sup> Realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o ESEB 2022 entrevistou 2001 eleitores brasileiros entre 19 de novembro e 04 de dezembro de 2022, em amostra nacional representativa das cinco regiões do país. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/18>. Acesso em: 27 nov. 2025.

<sup>7</sup> Os votos branco e nulo foram omitidos juntamente com as opções “não sabe” e “não respondeu”. Os principais candidatos mencionados foram os seguintes: Lula (PT) com 46%, Bolsonaro (PL) com 41,8%, Simone Tebet (MDB) com 3,9% e Ciro Gomes (PDT) com 2,9%. Todos os demais candidatos tiveram menos de 1% de menções.

<sup>8</sup> Com ligeira modificação na redação original, acrescentando a expressão “Ao invés de políticos eleitos” antes das afirmações, dois dos tópicos do ESEB 2022 foram inspirados na mensuração de atitudes elitistas e populistas feita por Akkerman, Mudde e Zaslove (2014). Esses autores consideram o apoio à liderança por elites a dimensão central do elitismo. Assim, ao contrário do populismo, que enfatiza o povo e se opõe às elites políticas para defender a soberania popular, o elitismo enfatiza a liderança de diferentes tipos de elites. Sob essa perspectiva, o apoio a qualquer forma de liderança (política ou não política) é associado ao elitismo, enquanto a visão negativa da detenção de poder por elites diz respeito ao antielitismo. Aqui adotamos a bateria como medida de antielitismo político, de modo que a preferência por elites empresariais e experts independentes, assim como por cidadãos em referendo, está sendo considerada uma atitude antielites políticas.

foram adotados como proxies do antielitismo não político. Como comentado nas seções anteriores, tais grupos e instituições costumam ser alvo de descrédito no discurso populista justamente por terem a função de fornecer informação e mediar a relação do governo com o público – e, de fato, foram atacados pelo presidente Bolsonaro durante todo o seu governo. No que concerne ao Poder Judiciário, estamos cientes de que, apesar das pretensas imparcialidade institucional e neutralidade para o julgamento de conflitos, se trata de órgão politicamente instituído e com função política fundamental na República. Assim, essa instituição poderia ser denominada de forma mais fiel como uma elite política não eleita. Contudo, esclarecemos que, quando mencionamos elites não políticas, estamos nos referindo a elites que não participam da disputa político-partidária. As variáveis adotadas para a construção das duas escalas estão listadas no Quadro 1<sup>9</sup>:

**Quadro 1 – Atitudes sobre elites políticas e não políticas**

Atitudes em relação a elites políticas	
Q05a	Em vez de políticos eleitos, o Brasil seria governado melhor se as decisões políticas importantes fossem tomadas por líderes empresariais de sucesso
Q05b	Em vez de políticos eleitos, o Brasil seria governado melhor se as decisões políticas importantes fossem tomadas por especialistas independentes e isentos
Q05c	Em vez de políticos eleitos, o Brasil seria governado melhor se as decisões políticas importantes fossem tomadas por todos os cidadãos votando em referendo
Atitudes em relação a elites não políticas	
Q07c	Quanta confiança o(a) sr.(a) tem nas seguintes instituições e grupos: Judiciário
Q07d	Quanta confiança o(a) sr.(a) tem nas seguintes instituições e grupos: Cientistas
Q07f	Quanta confiança o(a) sr.(a) tem nas seguintes instituições e grupos: Meios de comunicação tradicionais

**Fonte:** Elaboração própria a partir do questionário do ESEB 2022.

Rodamos uma análise fatorial para cada bateria de variáveis (atitudes em relação a elites políticas e atitudes em relação a elites não políticas), solicitando a extração de fatores por autovalor e a correlação policórica entre elas. Conseguimos a extração de um fator para cada bateria com bons índices de correlação, além de o teste de esfericidade de Bartlett ter resultado em 0,000 e o KMO ter sido superior a 0,6 nos dois casos<sup>10</sup>. Ademais, testamos a confiabilidade das escalas por meio de alfa de Cronbach, obtendo bons resultados<sup>11</sup>. Com isso, somamos as variáveis de cada bloco, criando, assim,

<sup>9</sup> As questões que originam as variáveis utilizadas neste artigo estão no Apêndice 1.

<sup>10</sup> KMO: Escala de antielitismo político: 0,615; Escala de antielitismo não político: 0,610.

<sup>11</sup> Alfa de Cronbach: Escala de antielitismo político: 0,688; Escala de antielitismo não político: 0,616.

duas escalas<sup>12</sup>. Essas escalas foram utilizadas como variáveis independentes nos modelos estatísticos apresentados adiante.

Para a análise multivariada, selecionamos também três variáveis que têm apresentado influência sobre a escolha presidencial no Brasil nos últimos anos: a percepção da economia, o autoposicionamento ideológico e o antipetismo. A percepção da economia tem recebido diferentes enfoques nos estudos sobre as eleições brasileiras. No período democrático recente, destacamos a influência do Plano Real na vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994 (Meneguello, 1996) e o papel de políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, sobre o voto (Amaral, 2020; Nicolau, 2014). Ainda, a percepção da situação financeira pessoal tem sido examinada: por exemplo, Amaral (2020) encontrou efeitos negativos sobre o voto em Bolsonaro em 2018, ao passo que Pereira (2014) não identificou significância para essa variável na eleição de 2002. O enfoque mais recorrente, contudo, é a avaliação retrospectiva da economia (sociotrópica), que tem mostrado efeito em diferentes pleitos (Amaral, 2020; Carreirão, 1999; Rennó, 2007; Ribeiro; Amaral, 2015) e que, segundo Pereira (2014), opera sobretudo entre eleitores politicamente mais sofisticados. Aqui, adotamos a avaliação retrospectiva da economia, aferida pela percepção de melhora, piora ou nenhuma mudança na economia do país nos últimos 12 meses.

156

Já o autoposicionamento ideológico se baseia nas preferências de longo prazo dos eleitores, que, em tese, apoiam candidatos e partidos próximos ideologicamente a si, independentemente do desempenho desses atores. As questões ideológicas, por sua construção a longo prazo, têm a capacidade de atenuar o impacto de elementos circunstanciais, inclusive a avaliação do desempenho de elites e da economia (Rennó, 2007). Singer (2000) foi um dos primeiros autores a trazer o debate sobre a influência do posicionamento ideológico do eleitor sobre o voto para o contexto brasileiro. Para o autor, esse é um fator intuitivo, que impacta na decisão do voto mesmo que o indivíduo não saiba exatamente se posicionar no espectro esquerda-direita. Evidências indicaram que o uso da dimensão esquerda-direita para orientar o voto declinou após o primeiro mandato de Lula (Carreirão, 2007), mas resultados de 2018 apontam para uma reativação dessa dimensão, com impacto novamente significativo na decisão eleitoral (Amaral, 2020; Fuks; Marques, 2021). Para aferir o fenômeno, utilizamos uma escala de autoposicionamento ideológico de 0 a 10, onde 0 representa a esquerda e 10, a direita.

Ainda, a identificação política com o Partido dos Trabalhadores é, segundo vários estudos (p.e., Amaral, 2020; Fuks, Ribeiro; Borba, 2020; Paiva; Krause; Lameirão, 2016; Rennó, 2020, 2022; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016; Samuels; Zucco, 2018; Setzler, 2021), a âncora da escolha eleitoral no Brasil recente. Ao longo desse período, sobretudo desde 2014, esses estudos mostram que o partido mobiliza não apenas atitudes de afeto, mas de ressentimento, e que este último (o antipetismo) é crescente no período, sendo uma das principais razões da eleição de Bolsonaro (Amaral, 2020; Rennó,

---

<sup>12</sup> Todas as variáveis derivam de escalas Likert de cinco pontos, mas, como cada bloco de atitudes continha um número distinto de variáveis, as escalas finais resultaram com quantidades diferentes de níveis.

2020; Setzler, 2021)<sup>13</sup>. Novamente, adotamos uma escala de 0 a 10 de afeição pelo PT, em que 0 significa “não gosta de jeito nenhum” e 10, “gosta muito” do partido.

Para contemplar fatores recentemente associados na literatura de comportamento eleitoral à escolha por Bolsonaro em 2018 e ao apoio a esse líder político durante seu mandato como presidente da República, inserimos duas variáveis para representar os temas do autoritarismo e do conservadorismo social (Chaguri; Amaral, 2023; Rennó, 2020, 2022). A primeira delas afere a aceitabilidade de um golpe militar, sugerindo ser este justificável em caso de muita corrupção no país. A segunda capta o pensamento socialmente conservador por meio da percepção acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Finalmente, inserimos as seguintes características sociodemográficas como controle: sexo, idade, escolaridade, raça e religião. Ademais, estudos recentes também apontaram para a influência do sexo (p.e., Amaral, 2020, 2024); da escolaridade (p.e. Amaral, 2020; Schlegel, 2021), da religião (p.e., Amaral, 2020; Bohn, 2004, 2007), da raça e da idade (p. e., Rennó, 2022) sobre o apoio a Bolsonaro.

#### Quadro 2 – Variáveis selecionadas para análise multivariada a partir do ESEB de 2022

Voto	1. Bolsonaro	2. Lula	3. Outros candidatos
<b>Antielitismo político</b>	Escala de 0 (prefere que a tomada de decisão política seja feita por elites políticas) a 10 (prefere que a tomada de decisão política seja feita por elites alternativas ou diretamente pelos cidadãos).		
<b>Antielitismo não político</b>	Escala de 0 (confia nos cientistas, no Poder Judiciário e na imprensa) a 10 (desconfia dessas elites).		
<b>Autoposicionamento ideológico</b>	Escala de 0 (esquerda) a 10 (direita).		
<b>Antipetismo</b>	Escala de 0 (gosta muito do PT) a 10 (não gosta do PT de jeito nenhum).		
<b>Percepção da economia</b>	1. Melhorou ou melhorou	2. Continua igual	3. Piorou ou piorou muito
<b>Opinião sobre golpe militar em caso de muita corrupção</b>	1. Se justifica		2. Não se justifica
<b>Opinião sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo</b>	1. Desfavorável		2. Favorável

<sup>13</sup> Embora não seja o foco deste artigo, cabe aqui mencionar o estudo de Fuks, Ribeiro e Borba (2021), que demonstrou que o antipetismo evoluiu para atitudes negativas para os principais partidos políticos, configurando um sentimento de antipartidarismo generalizado entre o eleitorado, o qual também beneficiou o ex-presidente.

<b>Sexo</b>	1. Masculino		2. Feminino	
<b>Educação</b>	1. Até o 5º ano	2. Até o 9º ano	3. Ensino Médio	4. Ensino Superior +
<b>Idade</b>	1. 16 a 24 anos	2. 25 a 44 anos	3. 45 a 64 anos	4. 65 anos +
<b>Raça</b>	1. Branco		2. Não branco	
<b>Religião</b>	1. Evangélica		2. Sem religião ou outras religiões	3. Católica

**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.

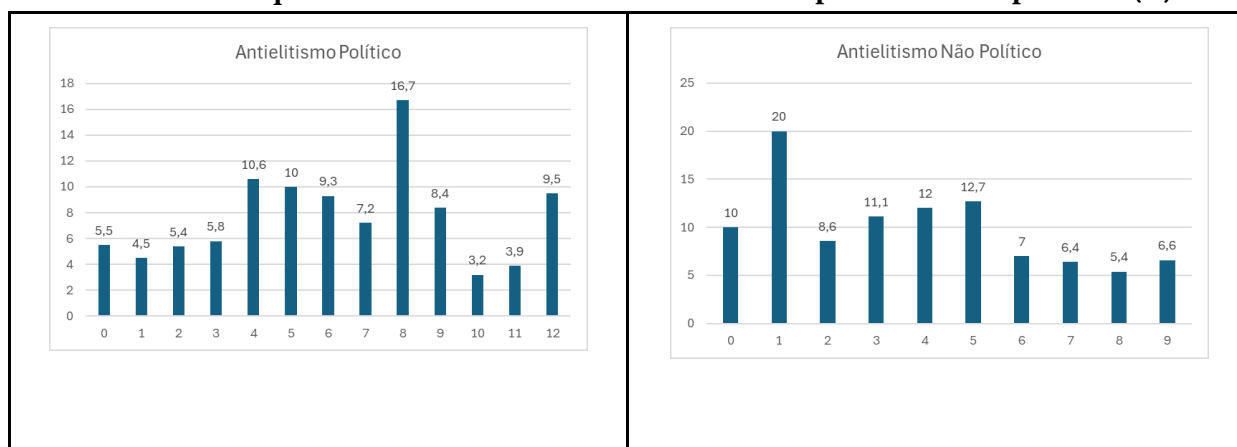
Na próxima seção, apresentamos os resultados das análises estatísticas, descrevendo as frequências dos índices de antielitismo e em seguida apresentando o modelo de regressão selecionado para explorar nossas hipóteses de estudo.

## 5 Resultados

158

A exposição dos resultados segue dois passos: (i) descrição das medidas de antielitismo e (ii) apresentação e discussão dos modelos multivariados de explicação do voto no primeiro turno de 2022. Ainda, os primeiros achados dos modelos motivaram a realização de análises de correspondência, tanto entre os próprios índices<sup>14</sup> quanto entre estes e o (anti)petismo, intercaladas ao longo da seção, como será explicado no texto. Como ponto de partida, o Gráfico 1 apresenta as escalas de antielitismo:

**Gráfico 1 - Frequências das escalas de atitudes antielites políticas e não políticas (%)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.

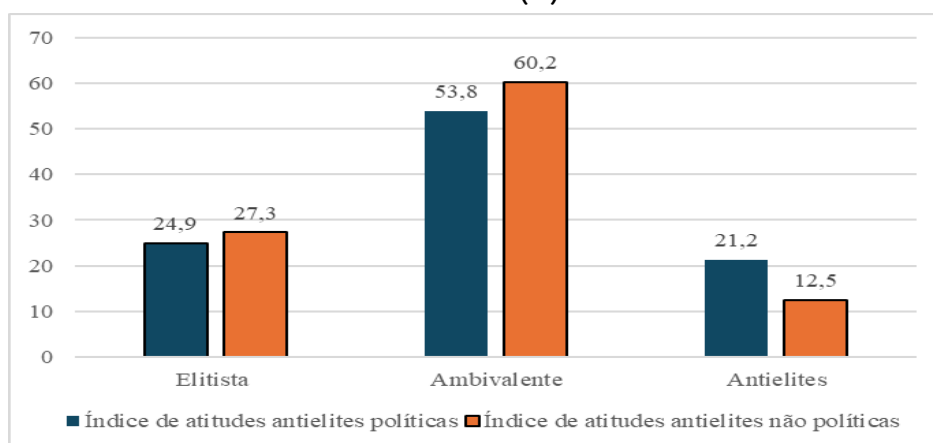
<sup>14</sup> Agradecemos ao(à) parecerista anônimo(a) pela sugestão de realizar a análise de correspondência entre os índices, o que, além de acrescentar achados ao nosso estudo, nos levou a explorar mais a relação destes com o (anti)petismo.

A distribuição do antielitismo político mostra-se dispersa, com concentrações relevantes em posições intermediárias (4 e 5) e um pico expressivo no valor 8 (cerca de 17%), além da presença significativa no extremo mais antielitista da escala (12), sugerindo heterogeneidade e a existência de grupos intensamente críticos dessas elites. Já o antielitismo não político apresenta perfil distinto, mais concentrado nas posições iniciais e intermediárias: o valor 1 reúne aproximadamente 20% das respostas, e os pontos de 3 a 5, entre 11% e 13%. Já as categorias mais altas (mais antielitista) aparecem com menor peso. Em conjunto, os resultados indicam que a rejeição às elites políticas tende a ser mais distribuída, ao passo que a desconfiança em relação a elites não políticas (instituições e atores externos ao campo político-partidário) concentra-se sobretudo em níveis baixos e médios da escala.

Para melhor visualizar essas variáveis, as recodificamos em variáveis categóricas e construímos dois Índices de Antielitismo (Político e Não Político). Esse procedimento possibilitou o emprego das medidas categóricas resultantes em análises descritivas (tabulações cruzadas e análises de correspondência) que facilitaram a interpretação, ainda que impliquem certo grau de generalização. Cada índice é composto por três partes: 1) atitudes elitistas; 2) atitudes ambivalentes; 3) atitudes antielites. As atitudes elitistas correspondem a posições predominantemente favoráveis às elites (políticas e não políticas). De modo simétrico, as atitudes antielitistas se dividem entre rejeição a elites políticas (Antielitismo político) e desconfiança em relação a instituições e atores externos à política partidária (Antielitismo não político). Já os grupos ambivalentes reúnem os respondentes que oscilaram entre respostas favoráveis e desfavoráveis às elites (políticas e não políticas)<sup>15</sup>. No Gráfico 2, apresentamos as frequências dos Índices de Antielitismo<sup>16</sup>.

159

**Gráfico 2 – Frequências de respostas aos Índices de Atitudes Antielites Políticas e não Políticas (%)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.

<sup>15</sup> A escala de atitudes (anti)elites políticas resultou em 13 níveis, dos quais isolamos quatro aos extremos (para compor atitudes elitistas e antielites) e cinco restaram no centro (os quais consideramos atitudes ambivalentes). Já a escala de atitudes (anti)elites não políticas resultou em 10 itens, dos quais três foram isolados aos extremos, restando quatro no centro (ambivalentes).

<sup>16</sup> As frequências das demais variáveis utilizadas na análise estão no Apêndice 2.

O Gráfico 2 mostra que o antielitismo em relação a elites não políticas é minoritário em comparação ao antielitismo político, indicando a maior rejeição a elites políticas no país. Em contrapartida, os níveis de elitismo político e não político aparecem razoavelmente equilibrados, embora a atitude elitista sobre elites não políticas tenha sido superior. Assim, a diferença entre os índices se deu, principalmente, quanto às categorias ambivalente e antielites. Desse modo, embora os eleitores brasileiros tenham demonstrado menor rejeição às elites não políticas, tiveram atitude mais ambivalente quanto a esse grupo em comparação às elites políticas.

Nos dois índices, a categoria ambivalente concentrou o maior número de respondentes. Isso está associado à opção por isolar os extremos das escalas para a criação do índice, de modo que as atitudes elitistas e antielites ficassem em evidência. Sabíamos que, com isso, a categoria intermediária agregaria respondentes com diferentes graus de ambivalência em suas opiniões sobre as elites políticas e não políticas. Contudo, as frequências de respostas das escalas originais denotam que, ainda que optássemos por recodificação diversa, a maioria dos respondentes estaria concentrada nos níveis intermediários da escala, e a categoria ambivalente seria a mais numerosa.

Em suma, a visão mais positiva no tocante ao tema direciona-se às elites não políticas: os elitistas somam 27,3%, enquanto apenas 12,5% dos respondentes apresentaram atitudes predominantemente antielites. Ao mesmo tempo, 60,2% dos eleitores demonstraram orientações ora elitistas, ora antielitistas quanto às diferentes elites não políticas e, portanto, foram classificados como ambivalentes. Já as atitudes sobre as elites políticas apresentaram patamares menos destoantes entre elitismo (24,9%) e antielitismo (21,2%), embora a taxa de respondentes com atitudes elitistas tenha sido mais elevada. O patamar de ambivalentes sobre elites políticas foi menor do que aquele sobre elites não políticas, mas ainda alto (53,8%).

Embora seja intuitivo supor que os grupos de antielitistas políticos e não políticos se sobreponham, como se formassem um único conjunto de indivíduos contrários às elites em abstrato, a análise de correspondência revela o contrário: apenas uma pequena parcela de antielitistas políticos também se enquadra como antielitistas não políticos. Os resultados estão na Tabela 1, abaixo<sup>17</sup>:

**Tabela 1 - Perfis de Antielitismo Não Político por Níveis de Antielitismo Político (%)**

	Elitista não político	Ambivalente	Antielitista não político
Elitista não político	29,6	60,3	10,1
Ambivalente	26,2	62,0	11,8
Antielitista não político	32,3	54,7	12,9

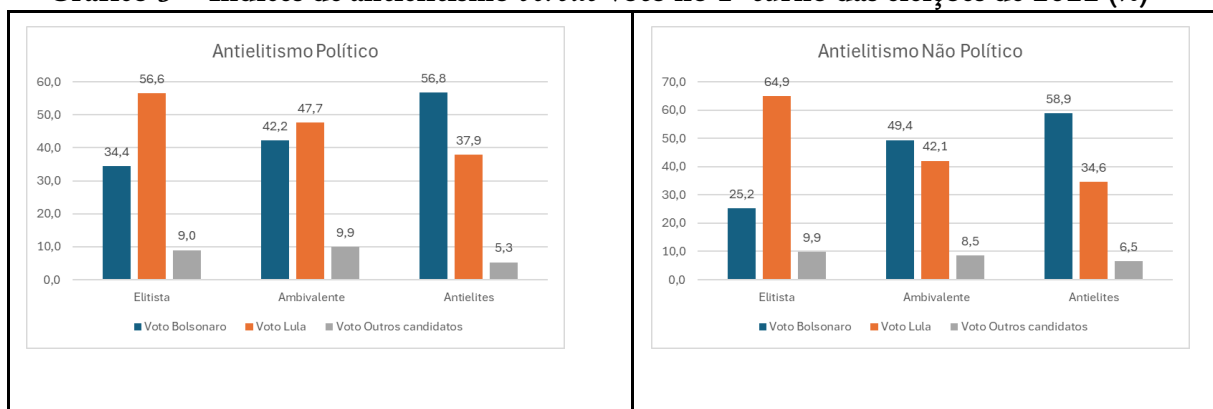
**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.  
n: 1742; p=0,105

<sup>17</sup> Por economia de páginas, optamos por apresentar os gráficos das análises de correspondência no Apêndice 4.

O resultado indica que o antielitismo é segmentado, ou seja, a oposição às elites políticas não se estende, necessariamente, a elites não políticas, e vice-versa. Conforme evidenciado na Tabela 1, apenas 12,9% dos antielitistas políticos também se enquadram como antielitistas não políticos, enquanto a maioria (54,7%) apresenta uma posição ambivalente diante das elites não políticas. Esse resultado confirma que a rejeição às elites políticas não significa, necessariamente, rejeição às elites não políticas. Entre os elitistas políticos, prevalece a postura ambivalente em relação a elites não políticas (60,3%), enquanto uma parcela menor se posiciona como elitistas não políticos (29,6%), o que revela alguma coerência pró-elites entre as duas dimensões. De forma semelhante, os indivíduos ambivalentes quanto ao Índice de Antielitismo Político mantêm-se predominantemente ambivalentes (62%) também em relação ao Índice de Antielitismo Não Político, demonstrando a coerência dessa postura. De todo modo, ainda que se observe maior similaridade entre as categorias ambivalentes e elitistas nos dois índices, essa convergência não foi suficiente para alcançar significância estatística entre as variáveis.

Ademais, cruzamos os índices com a preferência eleitoral no primeiro turno da eleição de 2022. Os resultados estão no Gráfico 2:

**Gráfico 3 – Índices de antielitismo versus voto no 1º turno das eleições de 2022 (%)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.  
 $p=0,000; \alpha \leq 0,05$ .

Entre os eleitores com atitudes de Antielitismo Político, 56,8% relataram ter votado em Bolsonaro, 37,9% mencionaram Lula e apenas 5,3%, outros candidatos. Algo semelhante ocorreu com o Índice de Atitudes Antielites Não Políticas, em que 58,9% daqueles que rejeitaram essas elites afirmaram ter votado em Bolsonaro, enquanto 34,6%, em Lula e apenas 6,5%, em outros candidatos. Por outro lado, os eleitores do petista foram a maioria entre os elitistas.

Os Ambivalentes quanto a elites políticas votaram mais em Lula, e quanto a elites não políticas, em Bolsonaro. Considerando as frequências de respostas ao Índice de Antielitismo não político, é possível interpretar que há maior flexibilidade do público em relação às elites não políticas, mas, ao mesmo tempo, que a mera aceitação a algumas atitudes antielites (entre os Ambivalentes) foi suficiente para afastar os eleitores de Lula e aproximar de Bolsonaro. No que tange às elites políticas,

a maioria dos ambivalentes relatou ter votado em Lula, de modo que a presença de número maior de antielitistas parece ter favorecido que a ambivalência aproximasse o eleitorado de Lula, e não de Bolsonaro. Os Elitistas, Políticos e Não Políticos, declararam ter votado mais em Lula do que em Bolsonaro.

De qualquer modo, nos dois índices, entre os Ambivalentes, a diferença percentual na escolha entre Lula e Bolsonaro foi menos expressiva quando comparada às categorias extremas dos índices. Esse resultado (ver análise de resíduos do cruzamento, Apêndice 3) leva a crer que foram as categorias Elitismo e Antielitismo (político e não político) que de fato diferenciaram os eleitores entre os dois candidatos. Os votantes dos outros candidatos aparecem majoritariamente como mais elitistas nos dois índices, mas os percentuais foram baixos. Tendo em conta que os cruzamentos entre os índices e a escolha eleitoral foram estatisticamente significativos, esses resultados sugerem que o Elitismo esteve associado à escolha por Lula e o Antielitismo, por Bolsonaro.

É importante lembrar, contudo, que esta análise apenas descreve a composição interna dos índices, ou seja, revela quem são os antielitistas e os elitistas em termos de comportamento eleitoral, mas não informa a probabilidade de um indivíduo votar em um ou outro candidato em função de suas atitudes em relação às elites. Em outras palavras, o fato de os grupos de antielitistas agregarem majoritariamente eleitores que reportaram voto em Bolsonaro não implica, por si só, que o antielitismo seja a razão da decisão de voto no candidato. Para responder a essa pergunta, isto é, para verificar os efeitos independentes das atitudes antielitistas políticas e não políticas sobre a escolha eleitoral, é necessário recorrer a um modelo de regressão multivariada, em que, simultaneamente, o resultado é controlado por outras variáveis, que será apresentado a seguir.

Enquanto líder populista, Bolsonaro construiu a figura das elites inimigas de forma difusa, mas com foco predominante em políticos de esquerda, especialmente do PT. Em seus discursos de campanha, apresentou o partido como principal adversário, responsabilizando-o por corrupção, ineficiência e pela promoção de uma agenda ideológica contrária à família tradicional, como evidenciam Tamaki e Fuks (2020) na análise de sua retórica eleitoral em 2018. Essa construção esteve frequentemente acompanhada de uma divisão maniqueísta, que retratava o país como palco de um confronto moral absoluto entre “o Brasil verde e amarelo” e aqueles que representariam governos e ideologias estrangeiras indesejadas. Nesse enquadramento, não havia espaço para posições intermediárias: ou se estava ao lado do povo e dos “bons cidadãos”, ou no campo inimigo (Fuks; Tamaki, 2020).

Isso nos levou a considerar que, devido à construção do inimigo centrada no PT, sem referência abrangente à ideia de elites, somada à elevada rejeição a Bolsonaro, que polarizou o eleitorado em 2022, a noção de elites em sentido amplo tenderia a gerar identificações variadas e não captaria de forma precisa a característica populista no país. Sob essa perspectiva, Castanho, Fuks e Tamaki (2022), ao verificarem que o antipartidarismo direcionado ao PT e o autoposicionamento ideológico foram mais relevantes do que o antielitismo político para o voto em Bolsonaro em 2018, destacaram que líderes populistas tenderiam a exibir características discursivas específicas a cada

sistema partidário. Nessa mesma direção, tomamos como referência o entendimento de que aspectos ideológicos que definem a quarta onda da extrema-direita (Mudde, 2019) podem ser importantes para explicar o sucesso eleitoral do populismo (Castanho; Tamaki; Fuks, 2020; Neuner; Wratil, 2020).

Para avaliar a relação entre a percepção das elites, o sentimento em relação ao PT e o autopoicionamento ideológico, ampliamos a análise de correspondência de modo a verificar a associação dessas variáveis com o antielitismo. Para essa análise, recodificamos as escalas de afeição pelo PT e de autopoicionamento ideológico em três categorias: os valores de 0 a 3 foram classificados no primeiro caso como antipetismo e esquerda no segundo; os valores de 4 a 6, como apreço moderado em relação ao partido e posicionamento de centro; e os valores de 7 a 10, como petismo e direita. As porcentagens de correspondência estão na Tabela 2:

**Tabela 2 - Índices de Antielitismo Político e Não Político *versus* afeição pelo PT e autopoicionamento ideológico (%)<sup>18</sup>**

		Afeição pelo PT			Ideologia		
		Antipetista	Moderado	Petista	Esquerda	Centro	Direita
Antielitismo Político	Elitista	38,2	15,0	46,8	32,6	23,1	44,4
	Ambivalente	45,8	16,2	38,1	26,9	21,5	51,6
	Antielitista	50,8	15	34,2	15,1	14,8	70
Antielitismo Não Político	Elitista	25,8	20,4	53,8	37,3	21,3	41,4
	Ambivalente	50,1	14,8	35,1	22,2	21,2	56,5
	Antielitista	66,2	11	22,9	16,8	12,8	70,4

**Fonte:** Elaboração própria a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2022.

A associação entre as variáveis foi significativa, o que indica que a distribuição entre as categorias não é aleatória, isto é, as categorias dos índices têm relação com o sentimento em relação ao PT e com o autopoicionamento ideológico. No entanto, embora a maioria dos antielitistas em relação a elites políticas seja antipetista (50,8%), o grupo é difuso, composto também por altos patamares de petistas (34,2%) e por pessoas com afeição moderada pelo partido (15%). Já entre o grupo de antielitistas não políticos, os antipetistas aparecem de maneira ainda mais expressiva, 66,2%, enquanto os petistas são 22,9% e os ambivalentes 11%. De modo inverso, entre os elitistas a maioria é petista, principalmente entre os elitistas em relação a elites não políticas. Há, também, um número

<sup>18</sup> N Índice de Antielitismo Político *versus* afeição pelo PT: 1696; p = 0,002. N Índice de Antielitismo Não Político *versus* afeição pelo PT: N: 1814; p < 0,001. N Índice de Antielitismo Político *versus* autopoicionamento ideológico: 1564; p < 0,001. N Índice de Antielitismo Não Político *versus* autopoicionamento ideológico: N: 1641; p < 0,001.

elevado de antipetistas entre ambivalentes, isto é, entre respondentes com uma visão ora favorável, ora desfavorável em relação a elites políticas e não políticas.

Ainda, embora não seja o foco deste estudo, cabe registrar um dado observado na relação entre nossas variáveis e o antipetismo. Quando analisamos em sentido inverso, examinando o percentual de antielitistas entre antipetistas, observamos que o antipetismo é composto por 17% de antielitistas não políticos e por 24% de antielitistas políticos. Esse resultado dialoga com a literatura recente que tem assinalado a heterogeneidade interna do antipetismo. Por exemplo, Borges e Vidigal (2018) mostraram que parte dos antipetistas não se alinhava automaticamente à direita e, em alguns casos, apoiava candidaturas de centro-esquerda; Araújo (2022) destacou a presença de antipetistas pentecostais; e Chaise (2024) propôs compreender o antipetismo como um conglomerado de identidades políticas, ideológicas e sociais distintas, cujas influências sobre as escolhas eleitorais se manifestam de maneira combinada.

No que diz respeito ao posicionamento ideológico, a comparação entre os dois índices revela que, em geral, elitistas, ambivalentes e antielitistas se concentram mais à direita do espectro ideológico. Contudo, entre os elitistas observa-se uma distribuição mais equilibrada, com presença significativa de pessoas autoposicionadas à esquerda e ao centro. Já os ambivalentes e antielitistas apresentam uma inclinação mais nítida à direita. No caso dos antielitistas, essa associação é ainda mais pronunciada, com cerca de 70% localizados nesse polo em ambos os índices, indicando que a rejeição às elites, políticas ou não políticas, está fortemente ancorada em posições de direita.

164

Para avançarmos no teste de nossas hipóteses, adotamos três modelos de regressão logística multinomial, abordagem útil para análises multivariadas em que a variável dependente não está restrita a apenas duas categorias. Com base nos resultados das análises de correspondência, adotamos estratégia analítica incremental na análise de regressão: iniciamos com um modelo-base (Modelo 1) sem autoposicionamento ideológico e antipetismo, contando com antielitismo político, antielitismo não político e as variáveis de controle (avaliação retrospectiva da economia e variáveis sociodemográficas). Em seguida, repetimos o modelo incluindo a variável autoposicionamento ideológico (Modelo 2). Por último, adicionamos a medida de antipetismo (Modelo 3). Essa estratégia visa testar a robustez das estimativas e reduzir o risco de viés por variável omitida, ao mesmo tempo em que possibilita avaliar com maior precisão a relevância dos antielitismos político e não político na explicação do voto para presidente em 2022. Se as escalas de antielitismo mantiverem significância estatística na presença de fatores de longo prazo (o autoposicionamento ideológico), de curto prazo (a percepção da economia) e das características sociodemográficas, temos evidência mais robusta acerca de sua importância para a escolha eleitoral.

Definimos o voto em Lula como categoria de referência nos modelos multinomiais, de modo a destacar a preferência por Bolsonaro, lido em contraste direto com o candidato petista. Essa opção produz também a comparação entre o voto em “Outros candidatos” e a opção por Lula. Embora esse resultado extrapole o escopo do artigo, ele não deixa de ser relevante, pois a preferência do eleitor por uma terceira via sinaliza uma tentativa de escapar da polarização entre os dois principais candidatos,

o que pode estar associado a atitudes de antipartidarismo e mesmo de antielitismo. No entanto, julgamos importante observar igualmente a preferência por “Outros candidatos” em relação a Bolsonaro, enquanto líder populista de direita. Por esse motivo, no corpo do texto (Tabela 3, abaixo), apresentamos o modelo tendo Lula como categoria de referência, enquanto no Apêndice 5 incluímos o modelo alternativo com Bolsonaro na categoria de referência.

**Tabela 3 – Modelos de explicação do voto em Bolsonaro no 1º turno da eleição de 2022 no Brasil<sup>19</sup>**

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Bolsonaro	Outros	Outr	Bolsonaro	Outros	Bolsonaro
	Exp (B)					
Antipetismo					1,777***	0,959
Autoposicionamento Ideológico			1,384***	1,044	1,304***	0,963
Antielitismo Não Político	1,345***	1,1	1,314***	0,97	1,182*	1,079
Antielitismo Político	1,062	0,992	1,02	1,135***	1,02	1,486***
Apoia golpe de Estado em caso de corrupção	4,495***	1,099	3,36***	1,194	3,33***	1,414
Desfavorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo	1,716**	1,584	1,559*	1,595	1,254	1,544
Economia do país melhorou	12,855***	1,606	7,204***	1,288	3,027***	0,663
Economia do país continua igual	2,35***	1,151	1,869*	1,213	1,565	0,993
16-24 anos	0,35**	0,811	0,411*	1,166	1,285	2,24
25-44 anos	0,419**	0,964	0,421*	1,406	0,746	2,143
45-64 anos	0,73	1,489	0,749	1,976	1,3	2,747
Sexo – Masculino	1,469*	1,238	1,603*	1,304	1,227	1,138
Escolaridade até o 5º ano do E. F.	0,41**	0,134***	0,228***	0,064***	0,438	0,09***
Escolaridade até o 9º ano do E. F.	0,58	0,184***	0,34**	0,118***	0,989	0,156**
Escolaridade até E.M. e técnico	1,216	0,996	0,972	0,8	0,994	0,678
Raça - Branco	2,573***	1,76**	3,191***	1,807*	2,289**	1,579
Religião - Evangélica	2,067***	1,576	1,795*	1,547	1,252	1,205
Outras religiões ou sem religião	1,02	0,804	1,143	0,874	0,863	0,656
R <sup>2</sup>	0,513		0,603		0,756	
Pearson	0,336		0,929		1	

<sup>19</sup> De modo resumido, no modelo em que o voto em Bolsonaro figura como categoria de referência, o antielitismo não político mostra-se significativo para reduzir a chance de voto em “outros candidatos”, mantendo sua relevância mesmo com a inclusão do autoposicionamento ideológico e do antipetismo, também significativos no mesmo sentido.

Desvio	1	1	1
Referência		Voto em Lula	

**Fonte:** Elaboração própria a partir do ESEB 2022.

\*<0,05; \*\*<0,01; \*\*\*0,001.

Como se vê na Tabela 3, o Antielitismo Político não apresenta significância em nenhum dos três modelos, o que confirma nossa segunda hipótese - alinhada especialmente a Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) - de que atitudes antielites políticas não influenciariam a escolha eleitoral por Bolsonaro. Nesse sentido, no contexto analisado, a rejeição à elite política em sentido genérico não é um determinante relevante do alinhamento observado<sup>20</sup>.

Por outro lado, o Antielitismo Não Político mantém significância e direção consistente nos três modelos, indicando que essa dimensão de rejeição a elites fora do campo estritamente político partidário persiste mesmo com a inclusão do autoposicionamento ideológico (Modelo 2) e do antipetismo (Modelo 3). A manutenção dessa variável sugere que se trata de uma atitude relativamente independente desses alinhamentos, apesar dos níveis elevados de antipetistas e eleitores autoposicionados à direita entre os antielitistas. Contudo, seu efeito é modesto quando comparado aos principais preditores, o que o coloca como fator presente, mas secundário na explicação do fenômeno. Assim, nossa primeira hipótese também é confirmada. É importante ponderar, entretanto, que o efeito da variável é razoavelmente baixo, o que é compreensível, haja vista tratar-se de uma escala. Nessa configuração, a leitura da razão de chance corresponde ao impacto de cada unidade da escala sobre o voto, o que naturalmente resulta em efeitos mais discretos. Ainda assim, ao testarmos, no Modelo 3, a substituição das escalas de antielitismo (político e não político) pelos respectivos Índices de Antielitismo (variáveis categóricas), o antielitismo não político deixou de apresentar significância. Esse resultado sugere que parte do efeito encontrado se deve ao grau de variação captado pela escala. Quando a variável é tratada como contínua, cada incremento unitário na escala contribui para explicar o voto, produzindo um efeito detectável. No entanto, ao agregarmos esses níveis em três categorias, essa variação interna se dilui e as categorias resultantes deixam de capturar as nuances originalmente distribuídas ao longo da escala<sup>21</sup>.

No Modelo 2, o autoposicionamento ideológico aparece como um dos principais determinantes do voto em Bolsonaro, com a razão de chances aumentando significativamente à medida que o eleitor se coloca mais à direita. Nesse sentido, é importante destacar que a média do autoposicionamento ideológico é de 8,66 entre eleitores de Bolsonaro e de 4,06 entre eleitores de Lula. No Modelo 3, mesmo com a inclusão do antipetismo, o autoposicionamento ideológico mantém praticamente a mesma força, sofrendo apenas uma redução marginal. Esses resultados

<sup>20</sup> Lembramos que o antielitismo político em nosso estudo não examina propriamente a rejeição a elites políticas, mas a preferência por alternativas a elas - uma diferença sutil, mas importante.

<sup>21</sup> Ao transformar essa variação em categorias amplas, o modelo perde sensibilidade, pois deixa de considerar diferenças internas a cada categoria relevantes entre os respondentes. Ainda assim, a categoria “elitismo em relação a elites não políticas” em comparação com o antielitismo, assim como raça branca, apresentou valor de *p* próximo ao limiar. Esse modelo está no Apêndice 6.

indicam que o eixo esquerda-direita continua sendo uma dimensão central na explicação do voto. Ao mesmo tempo, o antipetismo se consolida como fator determinante, elevando as chances de voto a cada nível da escala de desafeto ao PT e absorvendo, em grande medida, os efeitos de outras variáveis presentes no modelo.

Além disso, ao analisarmos os modelos sob um viés incremental, vemos que a entrada do autopoicionamento ideológico no Modelo 2 pouco alterou o efeito do antielitismo não político, enquanto a inclusão do antipetismo no Modelo 3 reduziu de forma mais evidente sua magnitude. Isso sugere que o autopoicionamento ideológico captura uma orientação ideológica mais abrangente, que pode até estar associada a atitudes antielitistas, mas não as substitui, razão pela qual seu impacto sobre o antielitismo não político é pequeno. Já o antipetismo, sendo um marcador político-partidário muito forte no Brasil, em contexto de polarização tende a “absorver” diversas atitudes difusas de descontentamento. Assim, parte do que antes aparecia como rejeição genérica a elites não políticas pode estar sendo canalizado de forma mais direta pela rejeição ao PT.

Outras variáveis permanecem robustas nos três modelos, ainda que com efeitos distintos à medida que o autopoicionamento ideológico e o antipetismo são inseridos. O apoio a golpe de Estado mantém-se altamente significativo nos três modelos, mas perde parte de sua força no segundo modelo, sinalizando que a justificativa autoritária é em parte absorvida pela orientação ideológica à direita. Ainda, a percepção de que a economia melhorou cai drasticamente a cada passo, revelando que o aparente “efeito econômico” reflete sobretudo um viés ideológico-partidário: identificados à direita e antipetistas tendem a avaliar o desempenho econômico de forma alinhada à sua posição política. Já a variável raça (branca) mantém significância nos três modelos, mas ganha maior peso após a entrada do autopoicionamento ideológico, sugerindo que a associação entre essas variáveis, mascarada inicialmente, se evidencia mais claramente no Modelo 2. No Modelo 3, o antipetismo absorve parte do efeito da raça, assim como faz com a maioria das demais variáveis, atuando, conforme já mencionado, como um marcador político-partidário capaz de condensar diferentes clivagens sociais e ideológicas<sup>22</sup>.

Em síntese, os três modelos mostram que o voto em Bolsonaro em 2022 foi estruturado principalmente por segmentações ideológicas e partidárias, organizadas pelo eixo esquerda-direita e cristalizadas no antipetismo. Outros fatores, como apoio a golpe de Estado, percepções positivas da economia e raça/cor branca, permanecem relevantes, enquanto variáveis de costumes e demográficas

---

<sup>22</sup> Nesse cenário, fatores como ser desfavorável ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, perceber que a economia continua igual, ter idade nas faixas entre 16 e 45 anos, ser do sexo masculino, ter escolaridade até o 9º ano do ensino fundamental e ser evangélico, que eram significativas nos modelos anteriores, perderam significância no Modelo 3, refletindo a absorção de seus efeitos pelo antipetismo. Nos Modelos 1 e 2, as faixas etárias mais jovens apresentaram menor chance de apoiar Bolsonaro. Os níveis mais baixos de escolaridade atuaram no mesmo sentido: ter estudado até o 5º ano do ensino fundamental diminuiu a chance de voto em Bolsonaro em ambos os modelos, enquanto ter estudado do 5º ao 9º ano apresentou efeito significativo apenas no Modelo 2. As demais variáveis, ao contrário, aumentaram a chance de voto em Bolsonaro nos dois primeiros modelos. Ser desfavorável ao casamento gay, perceber que a economia continuou igual e ser evangélico, entretanto, perderam força no Modelo 2, revelando que essas variáveis se associam com o autopoicionamento à direita.

perdem força quando controladas por esses alinhamentos estruturantes. O antielitismo não político, apesar de sua relação com o antipetismo, que reduz parte de sua força no terceiro modelo, mantém-se significativo, indicando um núcleo mais restrito de apoiadores de Bolsonaro marcado pela rejeição a cientistas, ao poder Judiciário e à imprensa.

As escalas de antielitismo não apresentaram significância para explicar o voto em “Outros candidatos” em comparação a Lula. No Modelo 1, o voto em “Outros candidatos” aparece associado a fatores sociodemográficos: a raça branca aumenta a probabilidade de adesão a esse grupo, enquanto eleitores com escolaridade até o 9º ano do ensino fundamental demonstram menor propensão a escolher algum outro candidato que não Lula. No Modelo 2, além da escolaridade e da raça, o autoposicionamento ideológico à direita passa a elevar a chance de voto em “Outros candidatos”. No entanto, no Modelo 3, essa variável perde significância (embora com valor de “p” próximo ao limiar), ao passo que o antipetismo surge como fator relevante, aumentando a probabilidade de voto em “Outros candidatos” em relação a Lula.

## 6 Conclusão

168

Primeiramente, precisamos reconhecer que a configuração analítica mais apropriada para o nosso estudo teria sido a comparação entre as eleições de 2018 e de 2022, o que permitiria identificar e compreender eventuais variações nas atitudes antielites em contextos distintos, um em que o líder populista era apenas candidato e outro em que, além disso, exercia o poder. Tal comparação teria ampliado substancialmente o potencial explicativo da análise, possibilitando avaliar em que medida a mudança de posição do líder teria alterado (ou não) o alvo e a natureza do discurso antielites. Todavia, a ausência de medidas comparáveis para o pleito de 2018 impossibilitou a replicação da análise em perspectiva longitudinal, configurando uma limitação à nossa investigação.

Trabalhando com essa limitação, formulamos a hipótese de que atitudes antielites não políticas entre os eleitores favoreceriam a opção por Jair Bolsonaro no pleito de 2022, utilizando como proxies dessas atitudes as desconfianças no Poder Judiciário, na mídia tradicional e nos cientistas, agregadas em uma escala. Adicionalmente, hipotetizamos que o antielitismo político continuaria sem efeito sobre a escolha eleitoral por Bolsonaro em sua tentativa de reeleição, mesmo com o então presidente mantendo seu discurso contra as elites políticas de esquerda. Ambas as hipóteses foram confirmadas por nossos modelos de regressão logística multinomial.

Embora a rejeição a elites não políticas esteja presente no discurso de Bolsonaro e encontre alguma ressonância no voto em nossos modelos, seu impacto é atenuado diante de divisões sociais mais consolidadas no país, como o posicionamento ideológico à direita e sobretudo o antipetismo. Desse modo, ao mesmo tempo em que o antielitismo não político revela uma face particular da experiência populista brasileira, outra, vinculada ao sistema partidário, mostra-se mais abrangente e determinante. Ainda assim, o antielitismo não político se manteve significativo nos três modelos, revelando um

núcleo independente de desconfiança em relação a elites não políticas associado ao apoio a Bolsonaro. Esse fenômeno merece ser explorado em maior profundidade, especialmente com a inclusão de variáveis representativas de outras elites externas à política partidária. De todo modo, nossa escala, composta por três delas (Judiciário, Mídia tradicional e Cientistas), oferece uma primeira aproximação.

Nosso argumento é que, quando o antielitismo é mensurado por itens que especificam as elites-alvo do discurso populista, ele tende a se associar ao voto em líderes que mobilizam esse tipo de apelo. O pressuposto é que a experiência populista local possui características próprias, difíceis de serem apreendidas por mensurações gerais, que não nomeiam as elites. Nossa medida de antielitismo não político, que se mostrou relevante para a escolha por Bolsonaro em 2022, foi construída por meio de itens que explicitam as elites (mídia, cientistas e Judiciário).

Ademais, deve-se ponderar que os atores mencionados nos itens da medida de antielitismo político eram muito díspares. O apoio à tomada de decisões por elites empresariais pode associar-se a um apoio à pauta econômica, com ênfase no mercado e na gestão empresarial do Estado. Já a preferência porque tais decisões sejam conduzidas por especialistas pode relacionar-se à valorização da competência técnica e do conhecimento científico. Por sua vez, apoiar que as decisões sejam tomadas diretamente pelos cidadãos reflete uma concepção de democracia direta, que pode estar associada tanto a visões liberais quanto a perspectivas mais participativas do processo político. Formam, portanto, núcleo pouco coeso politicamente para, em conjunto, influenciar a escolha eleitoral. O fato de nossa medida de antielitismo político não ter sido significativa pode expressar que, no contraste entre opções, a preferência relativa por elites não políticas difusas tenha diluído o efeito da variável.

Então, nossos achados reforçam a ideia de que, uma vez no poder, líderes populistas podem deslocar o alvo de seu discurso de confronto para além das elites políticas tradicionais, como sugerem Jungkunz, Fahey e Hino (2021). Não podemos afirmar, contudo, que o efeito do antielitismo não político sobre o voto em Bolsonaro em 2022 tenha relação com uma mudança de discurso do líder populista, primeiro, porque não temos como realizar essa comparação, mas, sobretudo, porque Bolsonaro não deixou de se colocar contra elites políticas específicas, isto é, não houve um redirecionamento do discurso, e sim a adição de “inimigos” a ele. Nossa medida de antielitismo não político, ao contrário da medida de antielitismo político, foi construída a partir de itens que nomeavam alguns desses oponentes do ex-presidente (cientistas, imprensa e Poder Judiciário). Essa especificação de elites pode ajudar a compreender por que o antielitismo não político manteve sua significância mesmo com a introdução da autolocalização ideológica e do antipetismo em nossa análise.

Pode-se dizer, portanto, que, na eleição de 2022, a influência de atitudes antielites não políticas acrescentou mais um item aos fatores que têm sido associados ao apoio a Bolsonaro (Amaral, 2020; Castanho Silva; Fuks; Tamaki, 2022; Chaguri; Amaral, 2023; Fuks; Marques, 2021; Fuks, Ribeiro; Borba, 2020; Rennó, 2020, 2022; Setzler, 2021). Conforme mencionamos, a disputa do ex-presidente com o Poder Judiciário, a mídia tradicional e os cientistas se acirraram durante seu mandato, sobretudo, em razão das críticas que recebeu desses entes pela má gestão da pandemia de Covid-19. Tal contenda esteve não raro associada à própria disputa de sentidos sobre democracia e ciência, o que foi

permeado pela disparada em massa de informações falsas, que a mídia tradicional procurava contornar. Se a rejeição a elites políticas não favoreceu a eleição de Bolsonaro em 2018 nem, com base nas medidas disponíveis e aqui utilizadas, sua significativa votação em 2022, as atitudes antielites não políticas, observadas as ponderações feitas, mostraram-se relevantes para os votos recebidos pelo ex-presidente em sua tentativa de reeleição.

## 7 Referências

AKKERMAN, A; MUDDE, C; ZASLOVE, A. How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. **Comparative Political Studies**, v.47, n.9, p.1324-1353, 2014.

AMARAL, O. E. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v.14, n.1, e0004, may. 2020.

AMARAL, O. E. Why Bolsonaro failed, just. In: BOURNE, Richard (Ed.). **Brazil after Bolsonaro: the comeback of Lula da Silva**. New York: Routledge, p. 2024.

170 AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v.23, n.56, p.107-123, 2015.

ARAÚJO, V. Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 3, p. 517–535, 2022. DOI: 10.1017/lar.2022.29. Acesso em: 15 jul. 2025.

BARBERIA, L; GÓMEZ, E. Political and institutional perils of Brazil's COVID-19 crisis. **The Lancet**, v.396, n.10248, p.367-368, 2020.

BARR, R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. **Party Politics**, v.15, n.1, 2009.

BOHN, S. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v.10, n.2, 2004.

BOHN, S. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006). **Opinião Pública**, v.13, n.2, 2007.

BORGES, A; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53–89, jan./abr. 2018.

CANOVAN, M. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CARREIRÃO, Y. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, v.13, n.2, p.307-339, 2007.

CASTANHO SILVA, B; FUKS, M; TAMAKI, E. So thin it's almost invisible: populist attitudes and voting behavior in Brazil. **Electoral Studies**, v.75, 102434, 2022.

CHAGURI, M; AMARAL, O. E. The social base of Bolsonaroism: an analysis of authoritarianism in politics. **Latin American Perspectives**, v.50, n.1, feb. 2023.

CHAISE, M. F. O antipartidarismo enquanto identidade política? A composição dos grupos antipetistas entre 2002 e 2022. **Anais do 14º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, ago. 2024. Disponível em: <https://www.abcp2024.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista#M>. Acesso em: 05 jul. 2025.

DEEGAN-KRAUSE, K. Populism, democracy, nationalism in Slovakia. In: MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal. (Eds.). **Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?** Cambridge University Press, p. 182-204, 2012.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1957.

FERES, J; CAVASSANA, F; GAGLIARDI, J. Is Jair Bolsonaro a classic populist? **Globalizations**, v.20, n.1, p.60-75, 2023.

171 FUKS, M; MARQUES, P. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v.26, n.3, p.401-430, 2020.

FUKS, M; RIBEIRO, E; BORBA, J. Antipartisanship and political tolerance in Brazil. **Revista de Sociologia e Política**, v.28, n.3, e009, 2020.

FUKS, M; RIBEIRO, E; BORBA, J. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v.15, n.1, e0005, 2021.

HAWKINS, K; RIDDING, S; MUDDE, C. Measuring populist attitudes. **Political Concepts. Committee on Concepts and Methods Working Paper Series**, International Political Science Association, 2012.

HAWKINS, K; KALTWASSER, C. R.; ANDREADIS, I. The activation of populist attitudes. **Government and Opposition**, v.55, n. 2, p.283-307, 2020.

HOBOLT, S; ANDUIZA, E; CARKOGLU, A; LUTZ, G; SAUGER, N. **Democracy Divided? People, Politicians and the Politics of Populism**. CSES Planning Committee Module 5 Final Report, Oct. 2016.

HUNTER, W; POWER, T. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, v.30, n.1, p. 68-82, 2019.

JUNGKUNZ, S; FAHEY, R; HINO, A. How populist attitudes scales fail to capture support for populists in power. **PloS One**, v. 16, n. 12, e0261658, 2021.

LANGE, S; AKKERMAN, T. Populist parties in Belgium: a case of hegemonic liberal democracy. In: MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal. (Eds.). **Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?** Cambridge University Press, 2012.

LAYTON, M; SMITH, A; MOSELEY, M; COHEN, M. Demographic polarization and the rise of far right: Brazil's 2018 presidential election. **Research and Politics**, v.8, n.1, 2021.

LEVISTKY; S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MENEGUELLO, R. Electoral Behavior in Brazil: The 1994 presidential elections. **International Social Science Journal**, 147, p. 627-641, 1996.

MUDDE, C. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, v.39, n.4, p.541-563, 2004.

MUDDE, C. An ideational approach. In: KALTWASSER, Cristobal; TAGGART, Paul; ESPEJO, Paulina; OSTIGUY, Pierre. (Eds.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, p. 27-47, 2017.

172

MUDDE, C. **The Far Right Today**. John Wiley & Sons, 2019.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. (Eds.). **Populism in Europe and the Americas: threat or corrective for democracy?** Cambridge University Press, 2012.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. Exclusionary vs. inclusionary populism: comparing contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, v.48, n.2, p.147-174, 2013.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. R. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NEUNER, F. G, WRATIL, C. The populist marketplace: Unpacking the role of “thin” and “thick” ideology. **Political Behavior**, p. 1–24, 2020.

NICOLAU, J. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. **Opinião Pública**, v.20, n.3, p.311-325, 2014.

PANIZZA, F. Introduction: populism and the mirror of democracy. In: PANIZZA, Francisco. (Ed.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005.

PEIXOTO, V; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v.17, n.2, p.304-332, 2011.

PEREIRA, F. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Revista de Sociologia e Política**, v.22, n.50, p.149-174, 2014.

RENNÓ, L. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, v.13, n.2, p.260-282, 2007.

RENNÓ, L. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian presidential elections. **Latin American Politics and Society**, v.62, n.4, 2020.

RENNÓ, L. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v.36, n.106, p.147-163, 2022.

SETZLER, M. Did Brazilians vote for Jair Bolsonaro because they share his most controversial views? **Brazilian Political Science Review**, v.15, n.1, e0002, 2021.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EdUsp, 2000.

173 SMITH, A. Covid Vs. Democracy: Brazil's Populist Playbook. **Journal of Democracy**, v. 31, n. 4, p.76-90, oct. 2020.

SPRUYT, B; KEPPENS, G; VAN DROOGENBROECK, F. Who supports populism and what attracts people to it? **Political Research Quarterly**, v.69, n.2, p.335-346, 2016.

TAGGART, P. **Populism**. Buckingham: Open University Press, 2000.

TAMAKI, E. R.; FUKS, M. Populismo nas eleições presidenciais de 2018: uma análise dos discursos de campanha de Bolsonaro. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 109, p. –, jan.–abr. 2020.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

VIEIRA, O; GLEZER, R; BARBOSA, A. Supremocracia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Tribunal Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos Estudos CEBRAP**, v.41, n.03, p.591-605, 2022.

## *Anti-elites attitudes and electoral choice in Brazil according to the Brazilian Electoral Study (ESEB) of 2022*

**ABSTRACT:** Based on the Brazilian Electoral Study (ESEB), we analyze the role of anti-elitist attitudes on the right-wing populist vote in the first round of the Brazilian presidential election of 2022. We developed indices of political and non-political anti-elite attitudes, which were adopted as independent variables in multivariate models to explain voting. We considered that traditional political elites are the preferred targets of populist leaders, but that, once in power, such leaders tend to change (or expand) your opponents, starting to confront other elites, such as journalists, scientists and the Judiciary. As a result, we found that anti-elite political attitudes did not differentiate the electoral choice in the first round of 2022 in Brazil, but maintaining anti-elite attitudes increase the probability of voters opting for Jair Bolsonaro. Furthermore, other variables that have previously appeared associated with voting and electoral choice in Brazil, according to the literature, such as ideological self-positioning, perception of the economy, authoritarianism and social conservatism also influenced voters' decision in this election.

**KEYWORDS:** Political anti-elitism attitudes; non-political anti-elitism attitudes; Vote; presidential Election.

174

## *Actitudes anti-élites y elección electoral en Brasil según el Estudio Electoral Brasileño (ESEB) 2022*

**RESUMEN:** Con base en el Estudio Electoral Brasileño (ESEB), analizamos el papel de las actitudes anti-élites en el voto populista de derecha en la primera vuelta de las elecciones presidenciales brasileñas de 2022. Para ello, creamos índices de actitudes anti-élites políticas y actitudes anti-élites no políticas, que fueron adoptadas como variables independientes en modelos multivariados de explicación del voto. Tenemos en cuenta que los líderes populistas desafían principalmente a las élites políticas tradicionales, pero que una vez en el poder tienden a cambiar (o ampliar) sus oponentes, enfrentándose a otras élites como los periodistas, los científicos y el poder judicial. Como resultado, encontramos que las actitudes anti-élites políticas no importaron para la decisión electoral en la primera vuelta de 2022 en Brasil, pero mantener actitudes anti-élites no políticas aumentó la probabilidad de que los votantes optaron por Jair Bolsonaro. Además, otras variables que previamente aparecieron asociadas con la elección electoral en Brasil, según la literatura, como el autopoicionamiento ideológico, la percepción de la economía, el autoritarismo y el conservadurismo social también influyeron en las decisiones de los votantes en esta elección.

**PALABRAS CLAVE:** Actitudes anti-élites políticas; Actitudes anti-élites no políticas; Voto; Elecciones presidenciales.